

Câmara aprova CR\$ 853 milhões para a saúde

O GDF vai usar recursos próprios para normalizar o atendimento nos hospitais públicos onde há falta de materiais, medicamentos e equipamentos provocada pelo atraso no repasse dos recursos do Sistema Unificado de Saúde (SUS), gerenciado pelo Governo Federal. Ontem, a Câmara Legislativa aprovou, em tempo recorde, projeto encaminhado na terça-feira pelo governador Joaquim Roriz, que pedia a abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social do DF no valor de CR\$ 853,2 milhões. Os recursos são provenientes do excesso de arrecadação do governo.

Em função da necessidade de se direcionar mais recursos aos hospitais do Distrito Federal, o projeto foi encaminhado com pedido de tramitação em regime de urgência e votado rapidamente pela Câmara. As Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento e Finanças e de Assuntos Sociais emitiram pareceres favoráveis à autorização da abertura de crédito e todos os parlamentares que estavam no plenário votaram pela aprovação do projeto.

Vícios — Os problemas registrados na rede pública, especialmente no Hospital do Gama, refletem vícios de origem do SUS, que centraliza as verbas para a saúde e as repassa aos estados através do Inamps. Ocorre que o repasse obedece a um limite de atendimentos por ano fixado pelo Ministério da Saúde com base na população dos estados. De acordo com esse mecanismo, para cada habitante o SUS repassa o dinheiro de uma consulta médica. No caso do DF, o Ministério da Saúde repassa, anualmente, o equivalente a um milhão 600 mil consultas, que é o total da sua população.

Mas, de acordo com o secretário de Saúde, Carlos Sant'Anna, a rede pública do Distrito Federal atende em um ano o correspon-



Santa'Anna atribui a falta de recursos ao sistema de repasse do SUS

dente ao triplo da sua população, gerando um excesso de gastos que não é coberto pelas verbas federais. A consequência mais visível é a falta dos materiais, medicamentos e equipamentos que são comprados com os recursos do SUS, calculados com base em uma demanda três vezes menor.

Mudança — Para tentar reduzir a disparidade entre as verbas recebidas e a quantidade de atendimentos, Carlos Sant'Anna negociou com o Ministério da Saúde repasses suplementares, com base no excesso de demanda comprovado ao final de cada semestre. Em função desse acerto, o secretário de Saúde receberá CR\$ 500 milhões referentes ao período de janeiro a julho deste ano. Só que a liberação do dinheiro depende do Congresso Nacional, que ainda não votou o pedido de suplementação do Ministério da Saúde. "Com esse dinheiro e mais os recursos próprios do Go-

verno do Distrito Federal nós poderíamos resolver, de forma emergencial, as carências verificadas em alguns hospitais. Mas só uma mudança no sistema resolverá o problema definitivamente", enfatiza Sant'Anna.

Segundo o secretário, o Distrito Federal é um caso especial no Sistema Unificado de Saúde. Em nenhum outro estado registra-se o excesso de atendimentos que ocorre rotineiramente no DF. A explicação é simples: aqui o sistema de saúde é inteiramente formado por hospitais públicos. Nos outros estados, boa parte da rede é de hospitais privados, que atendem os pacientes do SUS pelo sistema de convênios. "Quando o Inamps atrasa os repasses, como ocorreu no período de abril a julho deste ano, esses hospitais conveniados simplesmente cortam o atendimento", explica o secretário.